



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



INDICAÇÃO Nº 079/2022

D a t a: 02 de junho de 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

PROTOCOLO Nº 313

EM 03/06/2022 às 09:06


SERVIDOR

O Vereador que a presente subscreve, usando de suas atribuições legais e na forma regimental,

I N D I C A ao Excelentíssimo Senhor HERALDO TRENTI, Prefeito Municipal de Guaíra, o que segue:

Que através do setor competente da Administração Pública, providenciem a propositura de Projeto de Lei que viabilize o aumento dos dias de acompanhamentos do filho em tratamento médico, para servidoras públicas municipais.

Câmara Municipal de Guaíra.
Guaíra (PR), em 02 de junho de 2022.


VALBERTO PAIXÃO DA SILVA
Vereador Autor

Câmara Municipal de Guaíra
DEFERIDA

Em, 06/06/2022


PRESIDENTE

Justificativa:

Trata-se de uma reivindicação de muitas servidoras públicas municipais, que encontram inúmeras dificuldades em acompanhar seus filhos em consultas e tratamentos médicos, ante a falta de legislação municipal sobre este assunto.

Destaca-se ainda, que muitas delas possuem filhos portadores de deficiência e necessidades especiais, o que faz com que os dias de ausência no trabalho, para acompanhamento, sejam frequentes.

Salienta-se, que devido à ausência de legislação, o Poder Executivo por analogia, aplica a essas mães a regra disciplinada na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, vejamos:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



“Art. 473. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário: X – até 2 (dois) dias para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira; (inclusão dada pela Lei 13.257/2016).

XI – por 1 (um) dia por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica. (Inclusão dada pela Lei 13.257/2016).

Desta forma, há a necessidade de que os dias permitidos para acompanhamento dos filhos, sejam aumentados e que haja a permissão de ausência no trabalho, de acordo com a recomendação/prescrição do médico que está acompanhando a criança, sem que haja prejuízo salarial e, por isso, esta indicação se torna de grande relevância.